



<b>Bolsas</b> Na terça-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na terça-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.412	<b>Euro</b> Comercial, venda na terça-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,25% São Paulo	120.445	R\$ 5,454 (+ 1,19%)	Últimos	R\$ 5,845	10,40%	10,41%	Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46
0,76% Nova York	122.331		19/junho 5,441 20/junho 5,461 21/junho 5,440 24/junho 5,390				

## TAXA DE JUROS

# Banco Central sinaliza fim do ciclo de cortes

Documento que explica a decisão de manter a taxa básica em 10,5% ao ano, aponta preocupação com gastos públicos como motivo

» ROSANA HESSEL

Foto: Raphael Ribeiro/BCB



Integrantes do Copom disseram, na ata, esperar uma política fiscal "crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida pública"

O Banco Central voltou a reforçar a preocupação com o quadro fiscal na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), referente à reunião realizada nos dias 18 e 19 deste mês, divulgada ontem.

Na quarta-feira passada o colegiado decidiu, por unanimidade, interromper o ciclo de redução da taxa básica da economia (Selic), iniciado em agosto de 2023. De acordo com a ata, o Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública "têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade". A projeção da taxa neutra passou de 4,5% para 4,75% ao ano, nível mais próximo das previsões do mercado, que gira em torno de 5%.

"O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária", destacou o documento, que apontou a importância de "políticas monetária e fiscal síncronas e contracíclicas" para garantir a estabilidade de preços. A ata elevou as projeções do Banco Central de inflação deste ano para 4%. Para 2025, as projeções do BC e do mercado estão entre e 3,4% e 3,8%, ambas acima do centro da meta, de 3%.

Na avaliação de Carlos Lopes, economista do Banco BV, a ata veio em linha com o comunicado da semana passada, com a ideia



**Ao Banco Central cabe colocar a taxa de juros restritiva o suficiente pelo tempo que for necessário para se atingir a meta que foi estabelecida"**

**Gabriel Galípulo**, diretor de Política Monetária do BC

de sugerir cautela na condução da política monetária. Ele lembrou que houve duas novidades no texto que, além de elevar a taxa de juros neutra para 4,75%, houve uma revisão do hiato do produto, que é um indicador de produtividade, de negativo para neutro.

"Essas duas revisões vão na direção de sugerir cautela e reforçar a perspectiva que já tinha sido colocada ali no comunicado, que é de manter a taxa de juros parada até que se tenha convergência da inflação e das expectativas em direção à meta", afirmou.

De acordo com José Francisco

de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, a ata buscou reforçar o consenso entre os membros do Comitê, "reiterando cada ponto fundamental do regime de metas", como o papel fundamental das expectativas e de sua ancoragem, da consideração de reformas estruturais, da disciplina fiscal, do aumento de crédito direcionado e das incertezas sobre a estabilização da dívida pública. "O cenário mais provável para isso é a manutenção da Selic em 10,50% até meados de 2025, por conta do deslocamento do horizonte relevante", destacou.

Na abertura da feira de

tecnologia bancária Febraban Tech, o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Isaac Sidney, demonstrou otimismo com o mercado de crédito, mesmo com a sinalização do BC mantendo os juros básicos em 10,50% ao ano por um período mais prolongado. Em entrevista a jornalistas, ontem, ele disse que a entidade prevê crescimento em torno de 10% do mercado de crédito neste ano.

"O Banco Central tem feito o seu trabalho de fazer com que nós consigamos manter a inflação na meta", disse Sidney ao elogiar a condução da política monetária.

Ao comentar sobre o fim do ciclo de corte da taxa Selic, o banqueiro disse ser possível que o Copom volte a reduzir os juros, mas como um freio de arrumação. "Não foi uma decisão de encerramento possível, foi uma interrupção para análise dos cenários externo e interno. Esse freio de arrumação, por assim dizer, se mostrou necessário", afirmou.

### Meta e mercados

A meta de inflação de 2024 e dos próximos dois anos é de 3%, com teto limitado em 4,5%, conforme a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN). O colegiado, composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e do BC se reúne hoje para definir a meta de 2027 e confirmar as atuais. Após a decisão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará o decreto oficializando a decisão do CMN. Ontem, Lula recebeu o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípulo, para discutir a nova meta. "Cabe ao poder democraticamente eleito estabelecer qual é a meta de inflação para a autoridade monetária, o Banco Central. Ao Banco Central cabe colocar a taxa de juros restritiva o suficiente pelo tempo que for necessário para se atingir a meta que foi estabelecida", comentou Galípulo em videoconferência realizada pela Warren Consultoria.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, opinou que o Copom foi coerente em sua ata. "Penso que a ata está muito aderente ao comunicado, o que é bom, e transmite a ideia de que está havendo interrupção para avaliar o cenário externo e interno para que o Copom fique à vontade para tomar decisões a partir de novos dados", disse Haddad.

## IMPOSTOS

### Arrecadação alcança recorde de R\$ 202,9 bilhões em maio

» FERNANDA STRICKLAND

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 202,979 bilhões em maio de 2024. O resultado é o melhor da série histórica, iniciada em 1995, segundo o relatório divulgado ontem pela Receita Federal.

Houve aumento real (descontada a inflação) de 10,46% na comparação com o mesmo mês de 2023. Em relação a abril, quando o montante foi de R\$ 228,873 bilhões, a arrecadação caiu 11,72%.

Nos cinco primeiros meses de 2024, a arrecadação federal somou R\$ 1,090 trilhão. Segundo a Receita, esse também é o melhor resultado para o período na série histórica.

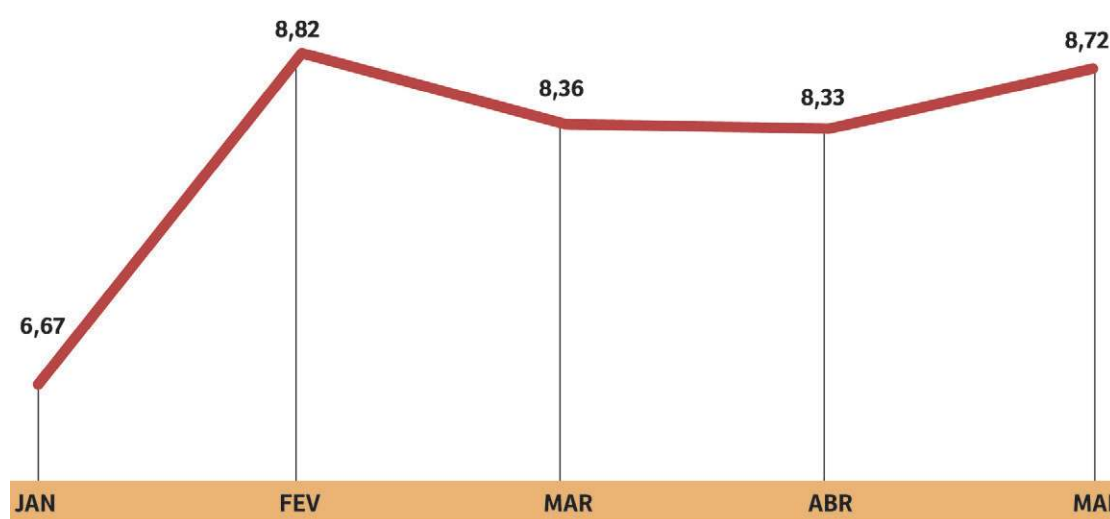
Segundo o Fisco, houve a melhoria no desempenho da arrecadação se deve, principalmente, ao retorno da tributação do PIS/

Cofins sobre combustíveis, à tributação dos fundos exclusivos e à atualização de bens e direitos no exterior, de aproximadamente R\$ 7,2 bilhões. A arrecadação seria maior se não fossem as chuvas no Rio Grande do Sul. De acordo com o órgão, a calamidade no estado teve um efeito negativo de R\$ 4,4 bilhões na arrecadação.

Segundo o professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Benito Salomão, os dados da arrecadação divulgados ontem são muito positivos. "É um dado muito positivo, que vai ajudar bastante na consolidação das contas públicas em 2024. Mas eu gosto sempre de olhar com ressalva, o dado de um mês esporádico pode ter sido influenciado por algum fator não recorrente, ou por algum fator temporário",

### Desempenho

Veja a variação em % real acumulada (2024/2023)



Fonte: Receita Federal

explicou. "Quando olhamos para os 12 meses, vemos como que eles vão se comportar, como que a arrecadação do governo está se comportando. Mas a princípio, é a maior da série histórica para o referido mês, e isso é bastante

positivo", disse.

No acumulado do ano, a arrecadação com esse item chega a R\$ 52,85 bilhões, crescimento real de 25,08%, sendo R\$ 12,1 bilhões decorrentes da tributação dos fundos exclusivos.

### Calamidade no RS

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, explicou que alguns fatores não são possíveis de medir,

mas há estimativas como sobre o diferimento de tributos federais em razão dos decretos de calamidade pública dos municípios. Com isso, a perda de arrecadação em maio chegou a R\$ 4,4 bilhões.

"Parte dos tributos em relação àqueles 499 municípios, que foram decretados a situação de emergência, tiveram a prorrogação por dois meses. Em relação aos contribuintes do Simples [Nacional], a prorrogação foi de um mês só, em relação a esses municípios. E depois nós temos o efeito da calamidade, ou seja, houve quebra de estrutura da atividade produtiva, você teve ali nitidamente a interrupção da geração de renda. Então, você teve também a queda da arrecadação por esses fatores", disse Claudemir Malaquias durante coletiva de imprensa para apresentar os resultados da receita.

"Quando a gente está estimando R\$ 4,4 bilhões é em relação à arrecadação do ano anterior. É claro que a gente não consegue isolar os efeitos, uma vez que há um concurso de fatores que vão interferir no resultado final", acrescentou.